

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.144 - MG (2019/0275682-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS
ADVOGADOS : GLEICIANE EMANUELE DUARTE - MG088019
CLÁUDIO CARDOSO DA SILVA LEMOS - MG077758
BRUNO DIAS CÂNDIDO - MG116775
IURI ALKIMIM FAGUNDES DE PAULA - MG141700
MARIANA TORMIN TANOS LOPES - MG134268
CRISTIANO VOLPE GUIMARAES - MG137723
BETÂNIA OLIVEIRA DE ANDRADE - MG150884
CAMILA LIMA SOARES - MG172500
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : ANA ROSA MENDONCA LASMAR
INTERES. : JOSÉ CLAUDIO MARTINS
INTERES. : NEUSA PEREIRA EVARISTO MARTINS
INTERES. : AROLDO GONCALVES
INTERES. : GERALDO MAGELA DE ABREU
INTERES. : NAYARA CLÁUDIA EVARISTO MARTINS
INTERES. : SEBASTIÃO EDUARDO PEREIRA
INTERES. : ELISIA JULIACI ROCHA
INTERES. : JORGE LUIZ DE OLIVEIRA
INTERES. : CASSIANO ALCANTRA
INTERES. : JUCIARA FERREIRA GOMES
INTERES. : MARIA IMACULADA PATTO SANABIO FERNANDES
INTERES. : TANIA APARECIDA CARRICO LIMA
INTERES. : GIOVANI POSSATO
INTERES. : LEIDINARA APARECIDA GUEDES ROCHA
INTERES. : GEZIMARA CANDIDO
INTERES. : FABIANO JOSE ALVES
INTERES. : THELIO LUIS ALVES NARDELLI
INTERES. : WANTUIL PIRES BERTO JUNIOR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação,

Superior Tribunal de Justiça

impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém o fundamento de consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, o referido fundamento, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**
Relator